



**11ª Jornada Científica e
Tecnológica do IFSULDEMINAS**
& **8º Simpósio de
Pós-Graduação**

**A EDUCAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL ENTRE 1945 A 1950: COMPREENDENDO O
CONTEXTO EDUCACIONAL**

Milena G. MORAIS¹; Melissa S. BRESPI²

RESUMO

O estudo na área de História da Educação permite, a partir de pesquisas nos arquivos escolares das instituições, reconstruir os processos históricos, analisar os processos educativos e verificar quais os impactos de tais fatos no desenvolvimento educacional das Escolas Agrícolas, tais como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Inconfidentes – MG que é resultado de transformações no processo de formação de mão de obra para o campo. O objetivo deste trabalho é entender como esses processos se desenvolveram na prática pedagógica, tais como as alterações de nomenclatura e grade curricular. A presente pesquisa se desenvolveu a partir de levantamento bibliográfico e análise documentos redigidos por esta instituição

Palavras-chave: Ensino Agrícola; educação técnica; Instituições escolares

INTRODUÇÃO

Para a melhor compreensão da organização e o desenvolvimento do processo escolar das centenárias escolas agrícolas, é necessário compreender o contexto histórico brasileiro e suas influências governamentais. O período analisado centra-se na fase histórica da Segunda República brasileira, que se desenvolve no decorrer do nacional desenvolvimentismo, onde o país passar por um processo de industrialização e mecanização do trabalho rural (ANDREOTTI, 2006). Diante do exposto, podemos afirmar que com o desenvolvimento econômico mundial, passa-se a abordar debates educacionais relacionadas às legislações nacionais com diretrizes para as áreas de ensino (SANTOS, 2016), com o intuito de inserir a sociedade no mercado de trabalho, agora mecanizado.

As alterações governamentais, como a estreita relação entre o mercado e as questões educacionais, tiveram grandes impactos no que diz respeito a estrutura curricular das Escolas Agrícolas, tais como a mudança de nomenclatura e a reorganização curricular. Os Aprendizados Agrícolas ofertavam cursos de primeiras letras, com o intuito de aprimorar a qualidade técnica do trabalhador rural. Além disso também ministravam cursos elementares com dois anos de duração, que ofertavam matérias relacionadas com o trato do solo, noções de agropecuária e instruções de manejo de máquinas e implementos agrícolas (MENDONÇA, 2007).

Diante do exposto, podemos afirmar que os processos governamentais e as novas diretrizes

se mostravam cada vez mais focadas a preparação de uma população trabalhadora que pudesse gerar recursos para o rápido desenvolvimento do país (BRESCHI 2017), . Um exemplo claro disso, foi a disputa do Ministério da Agricultura pela pasta da Educação, que mantinha seu intuito de viabilização de políticas agrícolas com a alegação de um novo processo pedagógico relacionado com o rápido desenvolvimento econômico do país.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia foi exploratória composta pelo levantamento bibliográfico, utilizado para o entendimento do processo histórico e de desenvolvimento do ensino agrícola. Num segundo momento foi realizada a triagem de documentos que compõe o acervo escolar da instituição centenária que hoje é o campus Inconfidentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Os documentos do acervo bibliográfico apresentam os registros das mudanças do período que comprovam os levantamentos bibliográficos obtidos, que possibilita a melhor análise do processo histórico estudado na presente pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O período do nacional desenvolvimentismo inicia-se após a Segunda Guerra Mundial, época em que as atenções eram voltadas para o novo tipo de produção, ou seja, a produção industrial e mecanizada derivada do capitalismo (BATISTA, 2017). Após o início do Estado Novo (1937-1945), ocorre uma nova tentativa de reformar, estabilizar e flexibilizar o ensino com a criação das Leis Orgânicas de Ensino, que visava a reorganização das esferas do ensino básico e profissional, baseando-se na ideia de uma rápida capacitação de mão de obra agrária e um rápido desenvolvimento nacional. Um exemplo muito importante dessas novas diretrizes é o Decreto de Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946 que detinha leis que se direcionam especificamente a questão da educação agrícola, visando aprimorar a estrutura já iniciada com os Patronatos. Nas diretrizes do decreto, pontuava-se as ofertas do ensino agrícola e a iniciação agrícola, como também questões de organização curricular. Outro fator importante para esse novo processo das escolas agrícolas é a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que continham pastas específicas

para a administração das escolas agrícolas que até então eram gerenciadas pelo Ministério da Agricultura.

Contudo, com o desenvolvimento da triagem de documentos até o presente momento, foram obtidos uma série de materiais comprobatórios das alterações do decreto de lei, dentre eles estão o ofício declaratório do novo modelo pedagógico da Escola Nova, que visava introduzir o trabalhador na prática rural desde os primórdios do seu aprendizado, e o documento comprobatório da mudança de nomenclatura de Patronato Agrícola para Aprendizado Agrícola.

CONCLUSÃO

Com as informações obtidas até essa etapa do trabalho, podemos afirmar que as mudanças governamentais procurava organizar as esferas da estrutura escolar, no que diz respeito a reorganização das matérias ministradas, capacitar e especificar os cursos oferecidos, tanto no contexto de formação de profissionais da mestría quanto a capacitação profissional dos cursos de iniciação agrícola, com o intuito de obter uma rápida mão de obra qualificada que acompanhasse o processo de mecanização e industrialização que vinha se desenvolvendo no país.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, Azilde Lina. A administração escolar na Era Vargas e no Nacional Desenvolvimentismo. **Revista Histedbr On-line**, Campinas - Sp, v. 1, n. 1, p.102-123, ago. 2006.

BATISTA , Eraldo Leme Batista. NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: 1930 a 1940. Vol. 11 Número 23 Jul./Dez. 2016 Ahead of Print, [S. l.], p. 1/8, 21 jan. 2017. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/16334>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRESCI, Melissa Salaro. **ORIGEM E EVOLUÇÃO DO IFSULDEMINAS CAMPUS INCONFIDENTES: QUAL O PRINCÍPIO PEDAGÓGICO?** São Paulo 2017. 2017. 154 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Conflitos Intraestatais e Políticas de Educação Agrícola no Brasil. **Tempos Históricos**, Niterói - Rj, v. 10, n. 1, p.255-264, jul. 2007. **Disponível em:** <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/1233/1020>>. **Acesso em: 05 jun. 2019.**

SANTOS, Kátia Silva Santos. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: TECENDO FIOS. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: TECENDO FIOS. Rio Grande do Sul, p. 1/13, 1 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0271.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.